Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO IV – Nº 31 – SETEMBRO 2009

Cidadania: desafios para a sua afirmação

Foto: Carlos Siqueira Diagramação: Reuben Lago

A história do Brasil está repleta de episódios de violação dos direitos humanos, como a repressão exercida por forças militares e a punição cruel nos presídios, que deveriam ser instituições de reeducação. Desrespeito a regras e normas, desequilíbrio entre direito e dever, processos sociais discriminatórios ocorrem com frequência em nossa sociedade, muitos deles já tão assimilados ao senso comum que sequer são percebidos pela maioria. A indulgência para com o desrespeito a direitos e deveres contribui para a perpetuação de processos desumanos, como a violência. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira destacam a solidariedade, a dignidade e a cidadania. O conhecimento contribui para minimizar as desigualdades sociais. Sobre esse assunto, confira as páginas 6 a 9 e 14.

EDITORIAL

ERIBERTO MARIN*

Cultura e educação em direitos humanos

Nos dias atuais, o tema dos direitos humanos dá margem às mais apaixonadas discussões filosóficas, políticas e jurídicas. Mas, em pleno século XXI, verifica-se que muitos avanços são necessários para que os direitos humanos alcancem reconhecimento e efetividade. Os discursos, muitas vezes de cunho retórico, baseados tão-somente na exaltação de sua positivação, de seus valores e prevalência, são importantes, mas podem tornar-se estéreis, se não analisados em cada caso concreto.

A ideia de supremacia ou de prevalência dos direitos humanos tem se apresentado como fundamento do direito constitucional de praticamente todos os países da atualidade. No Brasil, a Constituição "cidadã", de 1988, é um marco histórico de conquista de nossa democracia, pródiga de direitos e garantias fundamentais, de liberdades públicas, de reorganização do Estado e de nossa sociedade. A inclusão jurídico-constitucional e a recepção por tratados internacionais não podem significar mera enunciação formal de princípios. A tutela dos direitos humanos deve nortear a atuação do Poder Público. O respeito aos direitos humanos pelas autoridades e cidadãos constitui um dos fundamentos do processo de consolidação do Estado democrático de direito.

O conteúdo dos direitos humanos tem variado no tempo e no espaço. Nos tempos atuais, os avanços da ciência e tecnologia, a perplexidade, a insegurança, os problemas socioambientais e a angústia da aceleração da vida sintetizam o cotidiano. Emergem, assim, novos direitos e responsabilidades, e a atitude de cada um reflete-se no todo, afeta toda a humanidade, as gerações presentes e futuras.

As pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Goiás sobre o sistema prisional goiano e os direitos humanos dos reeducandos reiteram que o preso perde a liberdade, mas não o direito a um tratamento digno, de não sofrer violência física e moral, de ter assistência médica e odontológica, educacional e social, religiosa e jurídica. A superlotação e as péssimas condições físicas dos presídios tornam as condições subumanas e atentatórias à dignidade da pessoa.

As frequentes violações dos direitos humanos exigem da sociedade uma reflexão profunda sobre a educação como forma de humanização e inclusão social. A percepção de direitos, valores, responsabilidades, deveres e práticas de respeito ao outro, por meio da educação, sensibiliza e humaniza as pessoas. Os sujeitos emancipados têm melhores condições de exercício da vida cívica e ética, com foco na dignidade humana.

A reflexão crítica, a dialogicidade e a transversalidade são indispensáveis à educação em direitos humanos. No âmbito das instituições de ensino superior, a multiplicidade de olhares cognitivos favorece o reconhecimento da diversidade dos diferentes grupos sociais e culturais. A pesquisa e o debate adquirem uma dimensão pedagógica importante parta toda a sociedade. A extensão, por seu alcance, na escolha dos temas e grupos sociais que interagirão com a instituição, também se apresenta como um instrumento importante em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. Em suma, a universidade pública, gratuita e de qualidade para todos tem papel relevante no desenvolvimento de uma cultura e educação em direitos humanos. Estes, assim como a amizade e o amor, devem ser cultivados como um patrimônio moral da humanidade.

*Eriberto Francisco Beviláqua Marin
é diretor da Faculdade de Direito da UFG

CÂMPUS EM FOCO

Tribunal do Júri realiza sessão inédita na UFG

Fotos: Carlos Siqueira

O Primeiro Tribunal do Júri de Goiânia realizou, no dia 25 de agosto, no auditório da Faculdade de Direito da UFG, uma sessão de júri popular, dentro do programa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) que visa levar sessões de julgamento do tribunal às faculdades de direito.

A atividade é promovida pelo Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito. Segundo a coordenadora do núcleo, Maria Socorro de Souza Afonso da Silva, este é o primeiro ano da iniciativa que vai levar julgamentos a nove universidades goianas e esta foi a primeira vez que foi realizado na UFG. "A intenção é que este programa se prolongue porque é uma oportunidade que os alunos têm de vivenciar a prática do júri", destaca.

A temporada de julgamentos em faculdades, que teve início no dia 2 de junho deste ano, segue o Despacho nº 682/2009, assinado pelo presidente do TJGO, desembargador Paulo Teles. O programa, idealizado pelo juiz Jessier Coelho de Alcântara, tem o apoio da OAB e do Ministério Público. A proposta é que ele aconteça uma vez ao ano. Estudantes lotaram o auditório da Faculdade de Direito, para assistir ao julgamento de um réu acusado de homicídio.

25º Festival de Exposições de Cães recebe quase mil pessoas

Entre os dias 22 e 23 de agosto, cerca de mil visitantes passaram pelo Centro de Convivência do Câmpus Samambaia para conferir o 25º Festival de Exposições de Cães e 68ª, 69ª e a 70ª Exposições Panamericanas de Cães. O evento

foi uma promoção do Kennel Clube de Goiás e da Escola de Veterinária (EV) da UFG. O festival trouxe para o Câmpus Samambaia cerca de 200 animais com *pedigree,* registrados na Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), de diversos criadores do Brasil. Segundo uma das organizadoras, a professora da EV Darci Silva de Oliveira Dias, o objetivo do evento foi despertar estudantes, criadores, técnicos e demais interessados para a importância de se conhecer melhor as diversas raças. Para julgar os animais, a organização convidou José Luiz Vasconcelos (RJ), Érika Gatti (MG) e Leyla Rebelo (RS). Segundo Érika, o principal critério analisado foi a estrutura dos animais. Os cães foram divididos em 11 grupos e passaram por diversas etapas de seleção até a escolha final do ganhador, que recebeu título de *Best in show.*

Faculdade de Direito comemora 111 anos

Em agosto de 2009 a Faculdade de Direito (FD) da UFG comemorou seus 111 anos. A data foi celebrada com homenagens aos servidores docentes e técnico-administrativos que construíram a história da unidade. A cerimônia contou com uma apresentação do Coro de Câmara da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). Também houve o lançamento do Inventário Documental do Monumento aos Bandeirantes, organizado pela Divisão de Comunicações da UFG, com base em documentos doados à universidade em 1987 pela família Cunha Bueno. Além dos homenageados da noite, os professores José Augusto Pereira Zeca, Geraldo Gonçalves da Costa, Getúlio Vargas de Castro, Benedito Ferreira Marques, e a servidora técnico-administrativa Maria Iolanda Ribeiro (foto 1), participaram da solenidade representantes da família Cunha Bueno (com destaque para Dora Silvia Cunha Bueno, filha dos doadores dos documentos à UFG), o diretor da FD, Eriberto Beviláqua Marin, entre outras autoridades. O reitor Edward Madureira Brasil fez questão de entregar a homenagem ao vice-reitor Benedito Marques, ex-diretor da FD (foto 2).

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO IV – Nº 31 – SETEMBRO 2009

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – **Reitor:** Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Benedito Ferreira Marques; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – **Coordenadora de imprensa e editora-geral:** Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Silvânia de Cássia Lima; **Editora-assistente:** Michele Ferreira Martins; **Conselho Editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Maria José Soares e Ana Paula Ribeiro; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Gomes Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Colaboradores:** Agnes Arato, Fernanda Limiro, Patrícia Veiga e Kharen Stecca. **Estagiários:** Angélica Queiroz, Beatriz Mendes, Caroline Pires, Luciana Santal, Marcela Guimarães, Túlio Moreira Rocha (jornalismo), Danilo Soares (ilustração) e Vinícius Batista (fotografia). **Secretária administrativa:** Sueli Alves de Sousa.

Impressão: Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG.

Vinícius Batista

Cenas de um filme de terror

Túlio Moreira Rocha

Como os períodos ditatoriais da Argentina e do Brasil são retratados pelo cinema? De que forma os filmes podem se tornar ferramentas para a reflexão histórica sobre os regimes militares? Esses foram alguns dos questionamentos que motivaram a professora Maria Luíza Rodrigues Souza, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), no desenvolvimento de sua tese de doutorado em Ciências Sociais. O trabalho, intitulado *Um estudo das narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983),* embasou a exposição da professora durante o IV Colóquio BraBo (Brasil/Bolívia), realizado na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) entre os dias 26 e 29 de agosto. Em entrevista ao **Jornal UFG,** Maria Luíza fala sobre a relação entre o cinema e a preservação da memória histórica.

Por que a senhora optou por analisar e comparar, a partir da temática da ditadura militar, a produção cinematográfica do Brasil e da Argentina?

Maria Luiza – Meu contato com o cinema argentino se dava por conta de filmes que alguns amigos de lá me mandavam. Eu notei que existe uma produção bastante significativa de filmes que falam sobre a ditadura militar na Argentina (1976 a 1983). Isso chamou minha atenção. Resolvi comparar o cinema brasileiro e o cinema argentino sob esse prisma e conclui que, no Brasil, há uma dificuldade enorme de se falar do passado, principalmente dos períodos traumáticos, como a escravidão e o regime militar (1964-1985). Esse aspecto está claro nos filmes brasileiros. Comparando as duas cinematografias, percebi que as narrativas brasileiras sempre tratam, de alguma forma, da derrota. São histórias que terminam com a derrota ou com a morte dos militantes. Os filmes argentinos têm outra abordagem. São filmes marcados por uma narrativa de ressentimento, de cobrança. As histórias argentinas tocam nas feridas do Estado de terror. Os dois países lidam de formas diferentes com essa experiência histórica recente.

Que filmes foram analisados para a tese?

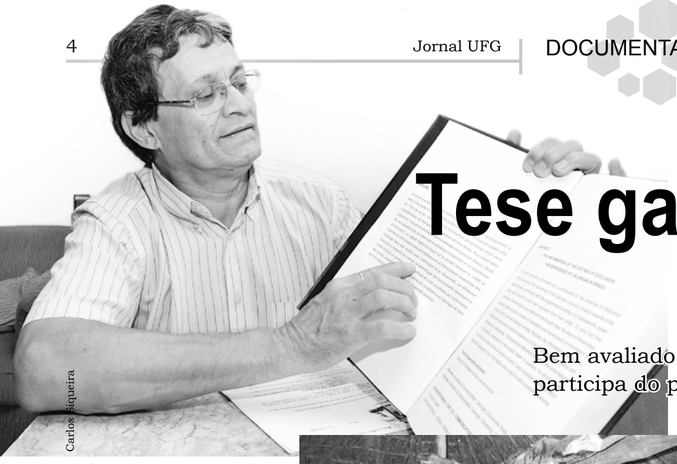
Maria Luiza – Do cinema brasileiro, analisei *Quase dois irmãos* (Lúcia Murat, 2005) e *Cabra cega* (Toni Venturi, 2005), e do argentino, *Garage Olimpo* (Marco Bechis, 1999) e *Kamchatka* (Marcelo Piñeyro, 2002). O desfecho de *Cabra cega* mostra a morte de militantes. É, explicitamente, um filme sobre a derrota, cuja narrativa é permeada pelo sentimento de incongruência da luta política. *Quase dois irmãos* mostra a convivência de presos políticos com presos comuns na prisão de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Ao falar dessa situação, o filme acaba abordando as diferenças sociais, já que os prisioneiros políticos eram brancos e os criminosos comuns eram negros. Nos filmes argentinos, há uma presença constante da família nas tramas. A família é tratada como um agente gerador da história. Em *Kamchatka*, um garoto conta os últimos dias de sua família durante a perseguição do regime argentino. O *Garage Olimpo* mostra a vida de um torturador cuja própria namorada é presa pela ditadura. Os filmes argentinos sempre fazem menção aos crimes do Estado de terror, cobrando respostas em relação a isso. Há essa diferença marcante: os filmes brasileiros terminam em derrota, e os argentinos, em cobrança.

Como o cinema pode auxiliar na reflexão histórica sobre esses períodos?

Maria Luiza – Todo filme trabalha com uma série enorme de outros textos, como as narrativas históricas, obras literárias e até mesmo com outros filmes. É sempre uma obra intertextual. O que o espectador recebe, em imagem e som, reflete e é refletido pelos textos presentes no momento em que é produzido. Assim, o cinema pode ser um belo registro para discutir história, se o público tiver clareza dessa intertextualidade do filme. Os filmes que abordam a ditadura são registros de uma memória que é densamente construída no presente. Se uma pessoa que foi militante política assiste a uma cena de tortura, terá certa reação. Alguém que nunca tomou conhecimento dessa prática da ditadura terá uma reação diferente. Os filmes mexem com as memórias e isso é sempre um ato político.

De que forma o cinema trabalha com os conceitos de "memória" e "esquecimento"?

Maria Luiza – É impossível lembrar de tudo. O esquecimento também é um ato político. Os cinemas argentino e brasileiro trabalham diferentemente essa dinâmica entre memória e esquecimento. Eu diria que o cinema argentino está mais engajado na luta política pela memória da ditadura, pela cobrança dos atos de terror, enquanto o cinema brasileiro está mais engajado nas reflexões de nossa sociedade, que esquece o passado com bastante frequência. Isolado, o cinema não faz muita coisa, principalmente num país com políticas de distribuição deficientes, como é o Brasil. Contudo, inserido em ações educativas e discussões políticas, o cinema tem muito potencial para contribuir com essa discussão.



Carlos Siqueira

Tese ganha divulgação internacional

Bem avaliado, trabalho de professor goiano sobre os Calungas participa do projeto francês "Thése à la carte"

Angélica Queiroz

A tese de doutorado de Joãomar Carvalho de Brito Neto, professor aposentado da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG, defendida em 2006 na Universidade Paris VIII, agora está disponível nas principais bibliotecas da França, escolas francesas em outros países, além de integrar os acervos de bibliotecas na Bélgica, na Holanda, na Espanha, em Portugal, na Suiça, na Alemanha, no México, no Canadá e nos Estados Unidos. Joãomar Carvalho recebeu no início do ano uma carta do Atelier Nacional de Reprodução de Teses da cidade francesa de Lille pedindo a autorização para a divulgação de sua tese.

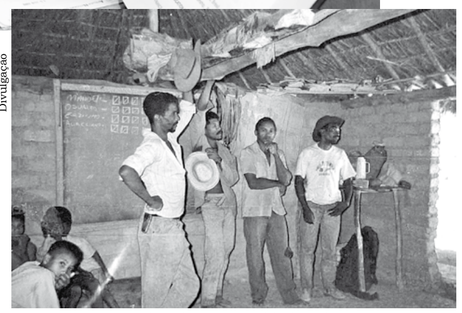
Orientado por Armand Mattelard, um dos principais teóricos contemporâneos de comunicação, o trabalho do professor goiano teve a melhor nota conferida pela conceituada universidade francesa. Na França, teses com alta menção participam do projeto "Thése à la carte", que funciona como um serviço de difusão das teses bem avaliadas. Esse projeto prevê, sob contrato, já assinado por Joãomar, tanto a divulgação quanto a comercialização da tese no seu formato original. No Atelier de Lille já existem mais de 6 mil títulos disponíveis para pesquisa.

A tese intitulada *A informação dos excluídos: a experiência dos calungas no Brasil,* resultado de uma pesquisa de cerca de 12 anos, é considerada polêmica porque concluiu que não há provas científicas de que tenha existido um quilombo com a denominação Calunga, contrariando pesquisas anteriores e vários estudos sobre a comunidade. De acordo com os resultados do trabalho do professor, os calungas são camponeses negros do nordeste de Goiás que tiveram uma atribuição étnica feita por alguns pesquisadores. Segundo ele, foi através da informação (não midiática) que os chamados calungas se descobriram integrantes da sociedade brasileira, embora sofrendo as agruras da exclusão que atinge grupos populacionais do interior do país. "A informação está, principalmente, abrindo os caminhos para a construção e o exercício da sua cidadania", conclui o professor.

Desde 1991, pela Lei nº 11.409, a região do Vale do Paranã, na zona rural dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, é considerada Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Calunga. A comunidade calunga já foi tema de diversos livros, músicas, documentários e reportagens. Até leis foram criadas para garantir que a história dos calungas continue viva

O professor diz que ficou surpreso porque não esperava essa repercussão de sua pesquisa, mas muito feliz, pois esse projeto possibilitou que um trabalho feito em Goiás alcançasse visibilidade no mundo. O projeto encarrega-se também de enviar cópias da tese para outras universidades do interesse do autor em qualquer lugar do mundo. "Por isso pude incluir bibliotecas brasileiras para receberem oportunamente cópias da tese, entre elas a UFG, UCG, UNB e USP", ressalta Joãomar. Por enquanto, as bibliotecas recebem a tese no idioma francês. Joãomar informou que pretende traduzi-la para o português e também lançá-la no formato de livro, mas ainda não há previsão de quando isso acontecerá.

Divulgação



Sala de aula na comunidade Calunga

Preservação de acervos documentais é tema de ciclo de debate na UFG

Beatriz Mendes

O ciclo de debates sobre a preservação de acervos documentais, promovido pelo Arquivo Geral da Divisão de Comunicações, do Centro de Informação e Documentação Arquivística (Cidarq), teve início no dia 11 de agosto com a palestra sobre climatização em ambientes de guarda de acervos, proferida por Saulo Güths (saulo@lmpt.ufsc.br), do departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciências Térmicas, o engenheiro mecânico falou da importância da climatização desses ambientes e de como a temperatura e a umidade influenciam a vida útil dos documentos. Ele fez também uma demonstração do Sistema Climus, que inclui um *software* de monitoramento e controle de temperatura e umidade. Trata-se de um sistema de medição e controle de variáveis relacionadas com a preservação de coleções montado sobre uma plataforma PC e desenvolvido pelo Laboratório de Meios Porosos e Propriedades Termofísicas da UFSC é considerado versátil e confiável,.

De acordo com o coordenador do Laboratório de Conservação de Documentos da Divisão de Comunicações da UFG, João Luiz Menezes, os profissionais e acadêmicos de diversos cursos – Física, Química, Biologia, Engenharia, Arquitetura, História, Pedagogia, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Artes Plásticas – podem contribuir para a preservação do patrimônio documental. "Há necessidade de criar um ciclo de discussões, não só entre órgãos como o Arquivo Geral, a Biblioteca Central, o Museu Antropológico e o Espaço Cultural, mas que atinja também profissionais de outras instituições culturais do estado e da região", explicou João Luiz.

O intuito do ciclo de debates é fomentar o interesse de profissionais de todas as áreas, incentivar a criação de comissões institucionais de preservação do patrimônio documental, bem como incentivar a criação de comitês regionais do Escudo Azul, que é a representação do Comitê Internacional "Blue Shield", equivalente à Cruz Vermelha Internacional para o resgate e a proteção da herança cultural dos países. Para João Luiz, conservar o patrimônio documental é preservar a memória, e a melhor forma de fazê-lo é dar acesso aos documentos. "O patrimônio documental é o retrato das experiências dos nossos antepassados, ou seja, a memória de um povo", ressaltou.

O ciclo de debates irá até novembro de 2009 e as inscrições podem ser feitas no Arquivo Geral/Divisão de Comunicação, Câmpus Samambaia, das 8h às 17h, ou pelo e-mail joaolmenezes@ig.com.br

Carlos Siqueira

Participantes do debate puderam conferir o equipamento padrão para medir a umidade relativa do ar

Carlos Siqueira

Saulo Güths, doutor em Ciências Térmicas

Próximos debates:

DIA	MÊS	TEMA
30	Setembro	A interdisciplinaridade a serviço da preservação do patrimônio documental
30	Outubro	A formação e a atuação do profissional conservador
27	Novembro	As comissões de preservação institucionais e o Escudo Azul

Recriação da Coordenação de Cultura impulsiona novas ações

Novas iniciativas, apoio a projetos relevantes e plena utilização de espaços são os principais pontos da política cultural da UFG

Marcela Guimarães

Democratizar cada vez mais o acesso à cultura, com seriedade e qualidade. Imbuída desse ideal, a coordenadora de Cultura da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec), Flavia Maria Cruvinel, destacou o projeto Música no Câmpus. A primeira atração será o grupo de jazz Hamilton de Holanda Quinteto que se apresentará no Centro de Cultura e Eventos, no dia 22 de setembro. De acordo com a professora Flavia Maria, o projeto visa trazer para a universidade artistas consagrados mas pouco conhecidos pelo grande público. O plano de atuação da Coordenação de Cultura, recriada em janeiro, está em fase de elaboração.

Segundo o pró-reitor, Anselmo Pessoa Neto, a função do plano será nortear as ações da Proec no âmbito da cultura. Além dos projetos próprios, a Pró-reitoria também se prepara para colocar em funcionamento o Centro Cultural UFG, que está em reforma, na Praça Universitária (box). "Lá nossa ambição é maior. Nós queremos pelo menos cinco dias de atividades contínuas por semana", afirmou o pró-reitor. A intenção da Proec é iniciar o próximo ano letivo com uma programação fixa estabelecida para o Centro Cultural.

Outro ponto importante da política cultural da Proec é manter o apoio a eventos culturais de relevância. "Nós participamos, tanto de projetos universitários, como o Perro Loco e o Festival Nacional de Música, quanto de eventos para além da UFG, como o Goiânia em Cena e o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica)", informou a coordenadora. A propósito do apoio institucional a eventos como esses, o pró-reitor esclareceu que o intuito da UFG é contribuir para qualificar as atividades culturais promovidas. "Nós temos pessoas capazes de ajudar a pensar esses eventos culturais de Goiás, com o objetivo de colaborar para que os projetos se sustentem e permaneçam", comentou. Para isso, a professora Flavia informou que está mapeando as unidades acadêmicas da UFG e a própria cena cultural da cidade para construir um calendário cultural sólido.

Retorno – A Coordenação de Cultura era uma das áreas da Proec até 2002, quando, com a necessidade de ajustar prioridades, em vista da escassez de recursos, o cargo de coordenador foi extinto. Segundo a nova coordenadora, a entrada dos recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitou que a Coordenação fosse novamente instituída. "A Reitoria e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura concluíram ser importante para a área cultural retomar o funcionamento da Coordenação de Cultura", comentou Flavia Maria.

Reforma prepara centro de excelência em cultura

O antigo Espaço Cultural UFG, localizado na Praça Universitária, passa agora por ampla reforma para transformar-se em um complexo cultural de excelência aberto à população. Com uma área de 2.800 m² o local que abrigará teatro, música e dança, espaço para ensaios e cursos de formação, também terá uma galeria de arte, que será uma das maiores da capital.

Vinícius Batista

A professora Flavia Cruvinel diz que o projeto de Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitou que a Coordenação fosse novamente instituída

Festival e concertos fazem soar por Goiânia música de qualidade

A Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) prepara-se para um dos eventos mais consagrados da UFG e da música erudita brasileira. É o Festival Nacional de Música, que se realiza há 34 anos na instituição. Cursos, palestras, grandes aulas e recitais serão oferecidos aos alunos de música e à comunidade em geral, de 23 a 29 de setembro. A organização é do próprio corpo docente da EMAC, que este ano decidiu homenagear o compositor brasilerio Edino Krieger.

A professora Gyovana Carneiro informou que pela primeira vez um compositor vivo é homenageado pelo festival e que ele estará presente no evento. Nomes de variadas áreas da música, como musicoterapia, música antiga e popular, também enriquecerão o festival. "O sucesso do festival está nos nomes fortes que nós trazemos", pontuou o professor Carlos Henrique Costa, da comissão organizadora, que considera este um dos segredos da continuidade e do sucesso do evento. A professora Gyovana destacou a união da comunidade da EMAC e o apoio da UFG. "O sonho é maior que as dificuldades", comentou.

Criado em 1967, pela professora Belkiss Carneiro de Mendonça, o Festival Nacional de Música da UFG é o evento mais antigo do país nesse gênero. Outra novidade dessa 34ª edição é a utilização do Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal como palco de música erudita, no recital que será realizado no dia 26 de setembro (sábado).

Concertos na Cidade – A música de qualidade também vai para além da academia durante o ano. Por meio de projetos como Concertos na Cidade a EMAC oferece música gratuitamente ao público. Há quatro anos durante a direção da professora Glacy Antunes, o projeto foi idealizado. Hoje, à frente do projeto estão as professoras Gyovana Carneiro e Ana Flávia Frazão. Segundo elas, também é objetivo do projeto a formação de público que está em ascendência no auditório do Sesc Cidadania, onde são realizados os concertos todas as primeiras quartas-feiras do mês.

A bem-sucedida iniciativa cultural Concertos na Cidade surgiu de um projeto interno da EMAC, o Música na Escola de Música. Parceiras e integrantes da Comissão de Eventos da EMAC, Gyovana e Ana Flávia pensaram, em 2006, em expandir o público e levar os concertos, como o próprio nome diz, para a cidade. "Então, nós fomos atrás de um espaço com um piano e descobrimos o auditório do Sesc Cidadania", contou Gyovana Carneiro.

Além de música clássica com periodicidade regular em Goiânia, o projeto colocou o estado no contexto erudito nacional e internacional, trazendo músicos de renome. A última edição, por exemplo, trouxe o recital de canto e piano com o tenor Reginaldo Pinheiro e a pianista Guida Borghoff, ambos de carreira internacional. De acordo com Ana Flávia Frazão, são os artistas que entram em contato com a comissão de eventos, por meio do envio de propostas. Então, são cotejadas as disponibilidades do artista e do projeto, quanto a data e cachê. A diversidade da programação também é um dos objetivos do Concertos na Cidade. "Recital de piano, piano e canto, trombone, violino. A programação é sempre diversificada, alternando os instrumentos, a formação", exemplificou Ana Flávia.

Ilustração: Sarah Ottoni
Adaptação: Danilo Soares

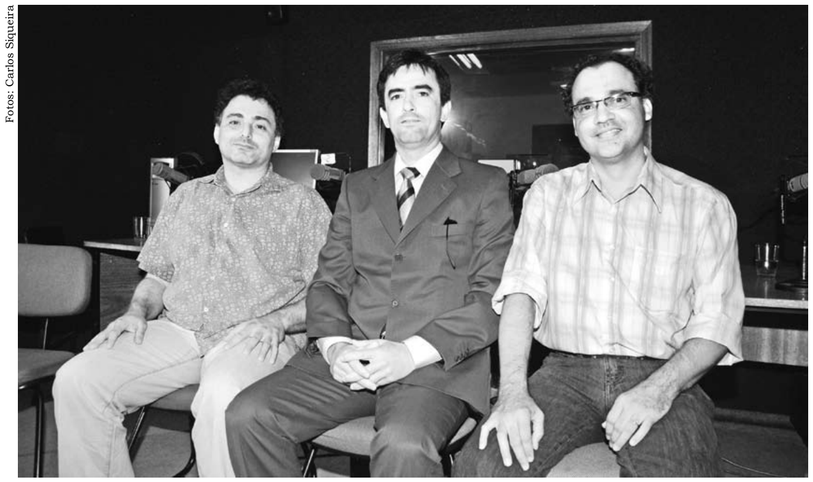
Programação musical em 2009

Música na Escola de Música
9h – Teatro da EMAC – Câmpus Samambaia
16 set. – David Castello, flauta-doce
23 set. – Recital de abertura do 34º festival Nacional de Música
Música no Câmpus
20h – Centro de Eventos – Câmpus Samambaia
22 set. – Hamilton de Holanda e convidados
10 nov. – Mônica Salmaso e Pau Brasil
Concertos Goiânia Ouro
11h – Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro
25 set. – Conjunto de saxofones do 34º Festival Nacional de Música
8 nov. – Eduardo Meirinhos, violão
22 nov. – Coral Municipal de Goiânia
6 dez. – Orquestra Municipal de Goiânia
Concertos na Cidade
20h30 – SESC Cidadania
7 out. – Edmundo Hora, cravo
4 nov. – José Eduardo Martins, piano
2 dez. – Recital dos Vencedores do Concurso Jovens Talentos da EMAC

Mais do que leis e educação, Direitos Humanos são prerrogativas culturais

Michele Martins, Patrícia da Veiga e Silvânia Lima

Educação em direitos humanos. Apesar da necessidade direta e indispensável da incorporação do tema direitos humanos pelos processos educacionais formais, do ensino fundamental ao ensino superior, a expressão educação em direitos humanos extrapola o âmbito do ensino, permeado os preâmbulos da cultura. Não se aprende a praticar direitos humanos por meio dos livros ou de ações impostas. É preciso sentir, viver esses direitos na sociedade. Além da consciência moral, é preciso que essa prática faça sentido para o indivíduo. Em outras palavras, o avanço da justiça social baseada nos direitos humanos é inversamente proporcional às práticas de exclusão. O assunto está em pauta na mesa-redonda desta edição com a participação do coordenador do Programa de Direitos Humanos da UFG, professor Ricardo Barbosa de Lima, do promotor de Justiça do Ministério Público do estado de Goiás, Haroldo Caetano da Silva, e do diretor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), professor Magno Medeiros, que também investiga os processos midiáticos contemporâneos e sua relação com a construção da cidadania e dos direitos humanos. A entrevista foi ao ar, ao vivo, pela Rádio Universitária, no dia 14 de agosto.



Fotos: Carlos Siqueira

Numa ação interativa, a entrevista com os estudiosos e atuantes dos direitos humanos Ricardo de Lima, Haroldo da Silva e Magno Medeiros foi realizada no estúdio da Rádio Universitária

O que significa educar para os direitos humanos?

Ricardo – Educar e formar uma cultura de direitos humanos é trazer para as práticas cotidianas e para além do que está positivado em leis a questão dos direitos civis, políticos, culturais, econômicos, ambientais e sexuais. Trazer tanto as primeiras quanto as últimas gerações de direitos, destacando que eles são indissociáveis e interdependentes. Não é possível ter liberdade e igualdade sem a concretude disso no cotidiano dos cidadãos. Significa, em sentido lato, trazer isso para a vida de todos nós. E o processo que a nossa sociedade democrática escolheu foi a educação como processo civilizatório e de formação.

Magno – De maneira bastante sintética, esse é um processo atuante e continuado para a formação da cidadania ativa. A cidadania deve ser colocada como algo histórico e de responsabilidade de todos, de tal maneira que todos juntos possam lutar pelas conquistas dos direitos sociais, ambientais, entre outros. Trata-se de um processo de formação continuada, que deve ser implementado ao longo de uma trajetória e viabilizado em todos os setores, de maneira ativa e processual. É interessante destacar que essa temática é recente no Brasil, data de 2003, quando foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A segunda versão, a atual, é de 2006. Então, temos apenas três anos de um plano nacional. É um programa que tem de ser cultivado na escola fundamental, na educação não formal, em todos os ambientes possíveis, inclusive no ensino superior.

Haroldo – Educação para o trânsito, para o cuidado ambiental e para os direitos humanos, tudo isso são subdivisões de algo que deve entrar na agenda brasileira: o direito à educação. Particularmente em relação aos direitos humanos há muitos obstáculos. Creio que a noção de direitos humanos surgirá naturalmente, a partir do momento em que o homem estiver melhor instruído, quando houver uma estrutura social que respeite sua condição humana. Em nosso país, há uma ideia pré-concebida de que direitos humanos são direitos de bandidos. Infelizmente, há jornalistas malintencionados ou malpreparados que promovem essa ideia na grande mídia. Então, há uma censura quando se fala em direitos humanos. Mas trata-se dos direitos de todos nós, não só da integridade física do bandido. É o direito ao voto, a uma escola de qualidade, ao trabalho, a uma família bem estruturada. Enfim, é o direito às coisas essenciais, à sobrevivência humana dentro de padrões mínimos de dignidade.

Já que direitos humanos são confundidos com direitos marginalizados ou dos marginais, então "vigiar" e "punir" são verbos compatíveis com a educação?

Haroldo – Absolutamente não. De certa forma, esse é o objeto do meu livro intitulado *Ensaio sobre a pena de prisão*, um ensaio crítico abrangente, acessível ao público leigo. Insiste-se no Brasil, e em muitos outros países, na ideia de que a prisão é educativa, ressocializa ou recupera, transforma o homem criminoso em não criminoso. Então, desmistifico esses preconceitos. A prisão não existe para recuperar ninguém. Ela é exclusivamente para o castigo ou a vingança. O que não é, em hipótese alguma, compatível com a educação, que se dá em outro espaço. Aliás, grande parte da população carcerária não teve acesso sequer ao ensino fundamental.

Como assegurar uma educação com base na solidariedade e no respeito ao outro, quando há ausência desses direitos na prática? Isso implicaria reformular o ensino?

Ricardo – Há uma frase que diz que devemos preparar nossos filhos para o mundo. Mas também precisamos preparar o mundo para os nossos filhos. Então, o papel da educação é justamente esse. O que ocorre hoje no país em relação a uma reforma do ensino é que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos coloca uma série de desafios, em todos os níveis. Hoje há 16 editais do MEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) para a produção de material didático voltada para a educação em direitos humanos, em diferentes áreas, do fundamental ao ensino superior. Há uma discussão sobre diretrizes para a inclusão da educação em DH nos cursos de filosofia, sociologia e educação. Há modificações na legislação e orientações do Conselho Nacional de Educação com a Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, sobre o ensino da história da África e da questão indígena no Brasil, e outros temas postos como desafios e diretrizes para a educação. Uma das ações previstas no plano, a exemplo do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) é criar comitês estaduais de educação em direitos humanos. Em 2008, a UFG recebeu o desafio de tentar implementar, fortalecer e discutir com a Assembléia Legislativa e a Secretaria de Educação do Estado de Goiás a formalização desse comitê aqui, para que essas diretrizes possam fortalecer o que já está posto.

Haroldo – O debate sobre direitos humanos existe em diversos espaços, mas são circunscritos e pontuais. Então, como romper essa barreira e tirar o debate de dentro dos gabinetes, dos fóruns, dos seminários e fazer dele um assunto da comunidade, para que de fato esteja na agenda de discussão da sociedade brasileira?

Ricardo – Um dos caminhos é este que estamos discutindo aqui: incorporá-lo ao chamado sistema educacional. Se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos for efetivado para os seus diferentes públicos e se o MEC e os sistemas estaduais e municipais absorverem isso, atingiremos da pré-escola até a universidade, com a preparação dos professores que vão atuar na rede. Aí, sim, serão contemplados os aspectos da solidariedade, da homofobia, do preconceito, e traremos ao cotidiano a cultura dos direitos humanos. Essa é a expectativa.

Magno – Quero ressaltar por que houve a necessidade de implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Isso se deu pela constatação de que o grande problema é a efetivação das propostas e leis. Os direitos humanos têm de sair do plano teórico, ou simplesmente normativo, para chegar até as práticas cotidianas. Só vamos conseguir uma efetivação plena, se realmente trabalharmos no sentido da educação. É um processo que deve envolver cinco eixos, de acordo com o plano nacional: a educação básica, a educação superior, a educação não-formal, a educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública e a educação e mídia.

Existem outras formas de educação para os DH? E qual é o papel da mídia nesse processo?

Magno – Há várias maneiras de fazer com que esse debate se amplie para além dos ambientes fechados. Ele pode ganhar as ruas por meio da educação não-formal. Pode ganhar as ONGs, os sindicatos, as associações de bairro, associações civis, mas pode também ganhar um ambiente mais abrangente, com os meios de comunicação de massa. De tal maneira que a programação contribua para a formação em direitos humanos, para uma cidadania ativa. A imprensa tem um papel fundamental nisso, ao trazer informação de qualidade, instigando o debate de temas importantes. As campanhas publicitárias podem eleger um determinado tema, como discriminação racial, preconceito contra etnias e tantos outros. A mídia não pode ficar de fora desse debate. O que temos hoje na programação de horário nobre é principalmente a banalização da violência, do sexo, uma reprodução de valores ideológicos conservadores e muito pouco se tem contribuído para a educação em direitos humanos dentro do espaço midiático.

Haroldo – Sobre as práticas que precisam ser alteradas, lembrome de um fato que presenciei no estacionamento do Fórum de Goiânia: três policiais tentavam convencer uma senhora algemada e de quase 60 anos a entrar no camburão e ser transportada no porta-malas. No Brasil, parte-se do princípio de que o preso vai ficar no porta-malas ou, quando muito, em um camburão fechado, sem os requisitos básicos exigidos pela legislação de trânsito para se transportar pessoas. Precisamos produzir o respeito às normas também em relação à pessoa do preso, porque este não perde a condição de pessoa e muito menos a condição de passageiro. Qual o direito que o Estado tem de colocar pessoas no partamalas de carros? E isso é visto com tanta naturalidade por todo mundo, que ninguém percebe o absurdo que é tratar assim qualquer pessoa, mesmo que seja um detido.

Ricardo – Isso é tão natural que não é raro a presença de governadores, quando não do próprio ministro da Justiça entregando viaturas fora dos padrões da legislação que eles mesmos subscrevem. Há naturalização desse tipo de tratamento, tanto nas execuções penais quanto nas medidas socioeducativas de adolescentes ou na assistência aos pacientes psiquiátricos. Outro exemplo é a criança ou adolescente que fica em medida socioeducativa, sob a tutela do Estado em período integral e, depois de dois, três anos, sai de lá sem instrução e sem qualquer qualificação. Isso é uma declaração de fracasso.

Haroldo – Convenhamos, "medida socioeducativa" nada, aquilo é prisão! E essa discussão da redução da maioridade penal para 16 anos é absurda, porque já existe a prisão para maiores de 12 anos. Basta irmos a qualquer centro de reeducação ou de reabilitação de adolescentes. Aquilo lá é uma prisão com outro nome.

Ter consciência é suficiente para garantir os direitos humanos?

Magno – Temos uma consciência muito esparsa sobre os nossos direitos. Precisamos trabalhar mais para a conscientização deles. No plano normativo, o Brasil avançou

Magno Medeiros

bastante, principalmente nos anos 1990. Só nessa década é que foram instituídos o Código Brasileiro do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o crime de discriminação étnica, racial e de procedência nacional. Essas leis são muito recentes e apesar dessa evolução, a distância que separa o que diz a letra e o que diz a prática é muito grande. Há um verdadeiro abismo, razão pela qual precisamos trabalhar efetivamente a educação que se faz na prática cotidiana, na escola, por meio dos veículos de comunicação para a formação de consciências críticas e cidadãs. Cidadania ativa implica direitos e deveres que precisam ser muito bem redimensionados, porque os direitos não são apenas individuais ou civis, são também sociais e globais. Na universidade, por exemplo, precisamos implementar editais que valorizem a educação, a pesquisa e a extensão em direitos humanos, interferir mais nas diretrizes curriculares dos cursos, promover mais eventos que valorizem essa temática, trabalhar com temas transversais e criar disciplinas específicas, por exemplo Mídia e Cidadania. Então, é todo um processo permanente de educação, que está apenas começando.

Doutor Haroldo, pode falar mais sobre a ação da Justiça e da polícia? Essas instâncias estão inseridas no processo de educação em direitos humanos?

Haroldo – Estão Longe de estarem inseridas. Hoje há uma tolerância muito grande do sistema de justiça, que inclui o Ministério Público, o Poder Judiciário e o sistema de polícia, quanto à violação de direitos. Basta olhar as fotos do presídio do semiaberto, cuja interdição acabo de solicitar. A condição em que mantemos os presos no Brasil é bizarra e absurda. Entretanto, essas condições são toleradas, quando não até comemoradas, pela própria sociedade, que não percebe muito bem o quanto ela própria é vítima desse modelo perverso. É preciso, sim, implementar a educação para os direitos humanos dentro do próprio sistema. Temos de dar um basta a essa condição de indignidade com que as pessoas são tratadas pelas instituições públicas. Na maior parte das vezes, o discurso do senso comum acaba imperando o pretenso direito à coletividade e à segurança pública em detrimento do sujeito como pessoa humana que está preso sem um mínimo de

Haroldo da Silva

dignidade. O curioso também é que essa forma perversa com que o sistema de justiça trata os presos não gera segurança. Ao contrário, ela reproduz violência, sendo frequente a reincidência. É fundamental que se estabeleçam políticas de educação em direitos humanos para promotores de justiça e juízes de direito. Nas faculdades de direito também isso não é muito trabalhado. Boa parte delas se transformaram em preparatórios para concursos públicos, de tal sorte que não estamos formando profissionais do direito e, sim, treinando pessoas para fazer concursos públicos.

Como falar em dignidade, por exemplo, com a juventude que vive esses processos de exclusão e falta de perspectiva?

Ricardo – É muito difícil. Há pouco, uma professora estudiosa do problema da violência comentou sobre um questionário para jovens de diferentes classes sociais com

Ricardo de Lima

perguntas sobre de que eles tinham mais medo. Da classe média para cima, os jovens diziam ter mais medo de perder o pai ou de não passar no vestibular. Na base da pirâmide, disseram ter medo da polícia ou da morte violenta. Nesse sentido, há o desafio da inclusão dessa temática nos currículos escolares. O ensino brasileiro está muito distante da realidade. Sem perspectivas, esse estudante pensa em não entrar no ensino médio: "Para que, se não vou entrar em uma universidade?" Qual é a motivação para esse jovem estar em uma universidade? Temos para vincular a escola à realidade dessa população e discutir o problema da autoestima e das perspectivas desses jovens. As políticas de inclusão e o estabelecimento de cotas foram muito importantes para atrair novamente o jovem que passa a ver o ensino como perspectiva de furar esse cerco socioeconômico de exclusão.

Os direitos sociais ainda são um grande desafio para o Brasil?

Magno – Continuam sendo um problema do Brasil, onde é muito evidente o problema da desigualdade social. Não é exatamente a pobreza a causa da violência e sim a desigualdade e a exclusão social, que colocam certos indivíduos em uma categoria de marginalidade social ou em uma subcategoria de cidadãos. A desigualdade social, sim, é um fator estruturante dos processos de violência no Brasil e dos processos de enfrentamento e de agressão aos direitos humanos. Nesse sentido, temos de pensar os direitos sociais de maneira abrangente. Não adianta promover cursos de Educação em Direitos Humanos na escola, com uma grade programática muito interessante, se a instituição é autoritária e se não há espaços para se desenvolver uma cidadania participativa. É necessário mudar também a escola do ponto de vista institucional e do ponto de vista pedagógico. Senão, o curso será contraditório, opondo à teoria transmitida a realidade prática. É preciso interferir na formação e não simplesmente trabalhar um conteúdo.

Haroldo – De fato, direitos sociais constituem algo a ser construído no Brasil. Tal qual a própria democracia, os estados de direito não estão prontos e acabados. É um processo. E os direitos sociais também são construídos. Direito não se ganha, é conquistado. A sociedade brasileira tem de construir por si própria os direitos sociais que estão definidos na Constituição Federal, vistos muitas vezes como normas programáticas a serem alcançadas com o passar do tempo. Essa construção passa necessariamente pela organização social, pelo voto consciente, pela democracia mais representativa, por uma participação comunitária maior nas instituições públicas. É preciso conversar com as comunidades, conhecer as demandas que elas apresentam e estas, por sua vez, organizarem-se pela conquista permanente desses direito. Muitas vezes, as demandas têm ficado contidas por falta dessa organização social e de diálogo entre o poder público e a comunidade.

Punição dos presídios como método de reeducação é avaliada

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) acusa a existência em Goiás de uma forte "cultura do aprisionamento". Quem pensa o tema aponta para a necessidade de revisão da pena privativa de liberdade e do sentido de "vingança" que a cadeia tem para a sociedade

Patrícia da Veiga

Em Goiás há atualmente 11.217 pessoas presas, somando homens e mulheres. Destas, 10.148 estão sob a responsabilidade da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe), que distribui seus "reeducandos" entre o Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, a Casa do Albergado e outros 74 estabelecimentos espalhados pelo interior do estado. Entretanto, a capacidade dessas unidades é para um pouco mais da metade do que realmente abriga hoje (5.414 detentos).

Considerada a população do estado (5.619.917, conforme o IBGE), esse contingente corresponde à uma média de 177,42 pessoas encarceradas para cada 100 mil habitantes. Um terço desses detentos é de prisão provisória – ou seja, o preso ainda não foi julgado e pode ser inocente. Entre os que já receberam suas penas, um alarme: estão juntas, em regime fechado ou semiaberto, aproximadamente 2 mil pessoas condenadas por tráfico (considerado crime hediondo) e cerca de 1,2 mil condenadas por furto simples (crime comum).

Divulgação

Superlotação e ociosidade estão entre os fatores negativos do sistema carcerário

Uma enxurrada de números como esses é apresentada no último relatório sobre Goiás elaborado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) com base na visita anual de inspeção aos estabelecimentos do estado – e em especial ao Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. No relatório, a conclusão é direta: há em Goiás uma "cultura do aprisionamento", que não dá prioridade ao cumprimento de penas alternativas. Para o cidadão que infringe as normas sociais ou comete delitos, a única "solução" é o cárcere.

O documento assinado pelos conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Rodrigo Duque Estrada Roig Soares acusa: "Constatamos uma situação curiosamente nefasta". Na média nacional referente a essa "cultura do aprisionamento", o estado só perde para Rio de Janeiro e São Paulo. Nefasta e também contraditória, tendo em vista que há pelo menos uma década a tendência do direito penal brasileiro é pela revisão do encarceramento.

A professora da Faculdade de Direito, Maria Socorro de Souza Afonso da Silva fez um profundo levantamento sobre a pena e a punição no mundo, desde sua origem histórica até a realidade atual, e aponta uma tendência constante de "descriminalização" e "despenalização". Isso quer dizer que há um movimento contínuo que caminha para a reelaboração de conceitos como "crime", "correção" e "punição". "Vejo, na prática, que a prestação de serviço à comunidade é, muitas vezes, o que mais resolve, pois é utilitária e a pessoa que cumpre a pena passa a tomar gosto pelo trabalho", comenta. Ela escreveu sobre o tema em *A pena privativa de liberdade no Brasil: regimes fechado, semiaberto e aberto – novas perspectivas*, sua dissertação de mestrado, de 2002. Na conclusão, seu objeto de estudo (a prisão e seus regimes) é classificado como "um grande equívoco".

Segundo a professora, são duas as tendências da justiça penal em todo o mundo atualmente. A primeira é a rigidez absoluta para o que restar dos presídios, baseada em princípios recorrentes nos Estados Unidos como o das "janelas quebradas" e o da "tolerância zero". No Brasil, essa marca se manifesta no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), sancionado pela Lei nº 10.792/2003. A segunda tendência, como contraponto, é o Direito Alternativo, que só leva ao cárcere casos extremos de crimes contra a vida ou que provoquem danos irreparáveis. O Direito Alternativo também tem sido aceito no Brasil e é contemplado pela reforma do Código Penal, pela Lei de Execuções Penais, entre outros dispositivos.

Reeducação ou deseducação – Até que ponto pessoas amontoadas em um mesmo local podem ser reeducadas? O promotor Haroldo Caetano, do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), diz não gostar da palavra "reeducação", pois a clausura serve, na verdade, como punição. Além disso, o cárcere não possibilita que o indivíduo viva com um mínimo de dignidade, o que compromete ainda mais o retorno do infrator à sociedade. "A prisão não é uma escola ou um hospital, é espaço de castigo", comentou, em entrevista à equipe do *Jornal das Seis*, da Rádio Universitária da UFG, que no mês de julho fez uma série especial de reportagens sobre o sistema prisional brasileiro e cedeu, na íntegra, todas as entrevistas ao **Jornal UFG**. Caetano é mestre em Ciências Penais pela UFG e tem três obras publicadas sobre o tema: *Execução penal* (Porto Alegre: Magister, 2006), *Manual da execução penal* (Campinas: Bookseller, 2001) e *Ensaio sobre a pena de prisão* (Curitiba: Juruá, 2009).

Também em entrevista ao especial do *Jornal das Seis*, a representante da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, irmã Maria José Monteiro, comentou que não acredita sequer em castigo: "A sociedade não quer necessariamente justiça, quer vingança. Tanto, que concorda que o preso tem de sofrer, que não pode comer ou beber água". Para ela, esse é o motivo de a "cultura do aprisionamento" existir e, no dia-a-dia, ir além da decisão do juiz, resultando em pouca vontade política e em desrespeito à dignidade do preso. "Sequer temos uma Defensoria Pública no estado. Começa por aí", questiona.

Dos comentários às vias de fato. Em agosto, o promotor Caetano encaminhou à 4ª. Vara Criminal de Goiânia um pedido de interdição do Presídio Semiaberto, sugerindo que o juiz responsável esvaziasse o local e determinasse à Susepe prazo de 60 dias para efetuar reformas na estrutura física do prédio que, segundo ele, apesar de ser chamado de "novo semiaberto" não tem condições de ser povoado. Em seu documento, ele denuncia: "O cheiro nauseabundo, a tensão, a revolta, a opressão, a tristeza, a depressão, a sensação de impotência dos agentes

Carlos Siqueira

Professora Maria Socorro da Silva fez amplo levantamento sobre a pena e a punição no mundo

penitenciários não cabem em fotografias. Pura heresia falar-se em condições sanitárias naquele presídio. O que ali se tem é a absoluta ausência de higiene!".

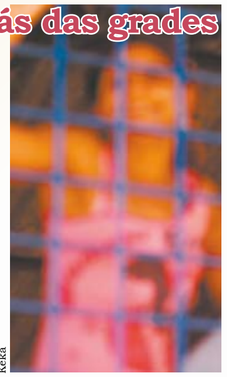
A Lei de Execuções Penais (também chamada de LEP), de 1984, proclama que todo detento deve ter sua integridade (física e moral) garantida, de modo que deve receber alimentação adequada, roupas e ofertas de trabalho e remuneração. As iniciativas, contudo, não correspondem ao que é idealizado ou até denunciado.

A presidente da Associação pela Reforma Prisional, Julita Lemgruber, que também falou à equipe do *Jornal das Seis*, revela certo desalento com um discurso que tem soado repetitivo e desacreditado. "Acompanhei três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional sobre o sistema prisional brasileiro: nos anos 80, na década de 1990 e no ano passado. As conclusões são sempre as mesmas: condições degradantes, humilhantes e cruéis. Isso se repete há 30 anos. O que comprova que preso não é prioridade".

A mulher atrás das grades

Dos séculos XIII ao XVI, os crimes cometidos por mulheres resumiam-se à prostituição e à feitiçaria. O julgamento era feito pela Igreja Católica e resultava em clausura, tortura e, não raro, pena de morte. Na Europa da Reforma protestante e da revolução burguesa, surgiram as casas de convertidas ou arrependidas que, sob a tutela do Estado, "corrigiam" prostitutas. No Brasil, conforme narra a professora da Faculdade de Direito, Maria Socorro de Sousa Afonso Silva, até há bem pouco tempo, o perfil dos delitos que levavam pessoas do sexo feminino ao banco dos réus "se limitava ao infanticídio, aborto e homicídios passionais, exposição e abandono de recém-nascido para ocultar desonra própria e furto". Faltas, até então, na maioria, de ordem da vida privada.

Hoje, o tráfico de entorpecentes, o homicídio e o roubo despontam na lista do Sistema de Informação Penitenciário do Ministério da Justiça (Infopen), indicando, também, que mais de 40% das presas brasileiras não possuem carteira de identidade e nunca tiveram título de eleitor. Sinais de que a sociedade muda, o perfil do "infrator" também. Sinais de que a estrutura determina quem vai para a cadeia.



Kéka

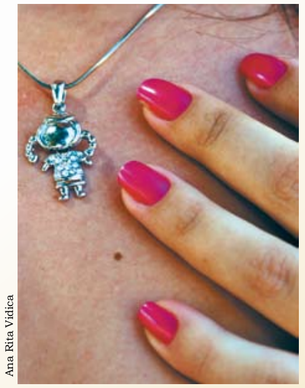
Em seu estudo, Maria Socorro acusa ainda que uma em cada cinco mulheres presas não foi alfabetizada e "a maior parte tem dois ou mais filhos, sendo a maioria mães solteiras ou mulheres abandonadas pelos maridos ou companheiros". Ainda assim, elas não ocupam mais que 5% dos presídios brasileiros, o que levou a professora à conclusão de que é do homem "a triste responsabilidade do alto índice de criminalidade".

Dignidade cabe em todo lugar

Há, às vezes, ações que contrastam com o quadro subumano das prisões. Em 19 de agosto, por exemplo, data em que é comemorado o dia internacional da fotografia, o Presídio Feminino Consuelo Nasser, do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, realizou uma exposição com imagens das presas. Sob a orientação da professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), Ana Rita Vidica, o trabalho, desenvolvido ao longo do mês de julho e intitulado *Imagens aprisionadas*, buscou revelar a beleza, a sensualidade, a doçura e o carinho que paira entre os muros, ainda que a clausura seja hostil.

Inicialmente, Ana Rita estabeleceu que iria ela mesma fotografar as presas. Contudo, ao descobrir, logo no primeiro dia, uma fotógrafa no grupo, conhecida como Kéka, seus planos mudaram: as detentas participariam diretamente do registro fotográfico. Isso garantiu, segundo ela, um mergulho sincero naquele cotidiano que talvez não tivesse condições de revelar-se tão espontâneo em apenas quatro encontros (um a cada semana). "O projeto mudou e facilitou, inclusive, a mediação com as outras mulheres, possibilitando a criação de uma confiança entre mim e as participantes", explicou.

Elas escolheram como queriam vestir-se, onde queriam ser fotografadas e que pose gostariam de fazer. Por um final de semana, também tiveram acesso a duas máquinas fotográficas e fizeram o exercício de registrar o encontro com parentes durante as visitas. "Uma nova imagem destas mulheres deve surgir, propondo assim, uma mudança de visão delas mesmas e da sociedade em geral", explica Ana Rita.



Ana Rita Vidica

A experiência de uma máquina fotográfica nas mãos de detentas revelou beleza e sensibilidade no ambiente hostil da prisão

Por uma opinião pública sem preconceitos

Cadeia é questão para a sociedade discutir? De que modo? Qual o papel da opinião pública? Julgamentos morais (e frequentemente preconceituosos), da forma aleatória como são feitos pela mídia, resolvem? Quem levantou essas questões (e despertou a iniciativa do **Jornal UFG**) foi o grupo de repórteres da Rádio Universitária responsável pelo programa *Jornal das Seis*. Por meio do projeto de Extensão "Cobertura jornalística sobre a realidade do sistema prisional brasileiro", coordenado pela professora Flora Ribeiro, as estudantes Juliana Marton e Lorena Gonçalves realizaram leituras e pesquisas sobre o tema, entrevistaram especialistas e acompanharam a rotina dos presos no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. O resultado foi uma série de cinco reportagens de seis minutos cada que põe em xeque as "certezas" da punição.

Conforme explicou a professora Flora, a ideia da série foi tocar em feridas que dizem respeito a todo o convívio social e, assim, despertar no ouvinte um drama que é responsabilidade de todos: "O objetivo final é chamar a atenção da sociedade para um problema que é nosso e não só do Estado". Em destaque nas matérias, a preocupante reincidência, com a prática de delitos pelos que saem do presídio, depois de cumprir a pena: em cada dezena de ex-detentos, sete voltam a cometer crimes. "Por isso, usamos os conceitos do promotor Haroldo Caetano, que não acredita na reeducação", explicou a professora, que fez questão de que suas alunas lessem sobre o tema antes de dar início às gravações.

Apesar de ter seu posicionamento bastante claro, o trabalho não teve a função de julgar, mas sim de provocar reflexão. "Não chegamos a conclusões, pois isso não é papel do jornalismo. Apenas deixamos base para que cada um forme sua opinião", complementou Flora.

O *Jornal das Seis* compõe o horário destinado a produções feitas por estudantes no Laboratório de Radiojornalismo da Rádio Universitária, coordenado pelo professor Edson Luiz Spenthof, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb). A equipe do *Jornal das Seis* realiza ao menos uma série de reportagens especiais por mês. Antes de falar do preso no Brasil, a equipe tratou temas como "Medicamentos: fabricação e distribuição" e "Transporte coletivo na Grande Goiânia". Nos próximos meses, a equipe produzirá um programa de debates sobre temáticas sociais, também com o objetivo de contribuir para uma análise crítica da realidade.

Pesquisa – Na Faculdade de Direito, o professor Pedro Sérgio dos Santos também tece uma série de críticas sobre o comportamento da mídia com relação ao preso. "A pena da mídia é a pena perpétua", revela, em tom de indignação. Ele suspeita que o sentimento exacerbado da criminalização que a opinião pública tem seja instigado pela mídia, em especial pela televisão. Por isso, ele reuniu mais dois colegas professores e 15 alunos (da UFG e também da Universidade Católica de Goiás) para, dentro de uma metodologia quali/quantitativa, tentar responder a essa hipótese.

Segundo ele, falta consciência de classe entre os profissionais da comunicação jornalística e o repórter tem uma tendência grande a desconsiderar termos jurídicos, fazer interpretações apressadas sobre a realidade e, o mais grave, a tratar um suposto criminoso como criminoso de fato. "Já viu esses programas que passam ao meio dia, que destratam o preso, que covardia?", questiona. A pesquisa está dando seus passos com o respaldo do Ministério da Justiça e pretende fazer suas análises com base nas teorias de direito penal e também no pensamento da filósofa Hanah Arendt, que escreveu sobre a banalização do mal. A proposta é apontar para um problema que está muito além das grades. Está livre, entre as pessoas.

Produção científica em pauta

conpeex
"Ciência e Desenvolvimento Regional"

VI CONGRESSO DE PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO
26 a 30 de outubro de 2009

UFG

Beatriz Mendes

A sexta edição do Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (Conpeex), que será realizada pela UFG, de 26 a 30 de outubro, terá como foco a ciência e o desenvolvimento regional, ressaltando a importância da produção do conhecimento para o desenvolvimento de diversas áreas da sociedade, como a economia e a área social. O objetivo do evento é socializar o conhecimento produzido por estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes, servidores e técnico-administrativos da universidade, além de promover a discussão de temas que estimulem a criação de novos projetos e ampliem a formação acadêmica e cultural dos participantes.

De acordo com um dos coordenadores do VI Conpeex, João Teodoro Pádua, a expectativa é que o evento reúna um número de participantes semelhante ao do ano passado, cerca de quatro mil inscritos. Este ano, duas instituições foram convidadas para participar do evento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), que contribuem para a renovação da produção científica. "O conpeex é um exemplo de renovação da produção científica da universidade. Temos novos trabalhos em execução e novos bolsistas participando", afirmou João Teodoro. Uma parte importante do evento é o seminário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), pois é feita uma avaliação das produções científicas da instituição e, com base nessa avaliação, mantém-se ou aumenta-se o número de bolsas para os estudantes da iniciação científica.

Criado o doutorado em Matemática

Caroline Pires

O Instituto de Matemática e Estatística da UFG recebeu três boas novidades este ano. A primeira delas foi a eleição do professor Ronaldo Alves Garcia para o cargo de 2º secretário da diretoria da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), para um mandato de dois anos.

A segunda novidade foi o lançamento , no mês de julho, do livro *Differential equations of classical differential geometry, a qualitative theory,* fruto de 20 anos de pesquisa do professor Ronaldo Garcia, em co-autoria com o professor da Universidade de São Paulo (USP), Jorge Sotomayor. A obra foi publicada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). A origem dos estudos é um problema de engenharia, conhecido como o problema de transporte. A partir desse problema prático, surgiu a teoria das linhas de curvatura, com base na qual o professor desenvolveu sua pesquisa. Apesar de anos dedicados a este assunto, o professor ressalta que o estudo teórico deve ser aplicado a longo prazo, conforme demonstra os exemplos históricos.

A terceira novidade é o doutorado em Matemática**.** Desde a fundação do antigo Instituto de Matemática e Física (IMF) em 1964, a qualificação docente tem sido uma das metas e a implementação do doutorado tornou-se preocupação constante a partir dos anos 1980. Após essa longa espera, oito vagas serão oferecidas para o primeiro semestre de 2010. Segundo a diretora do IME, Gisele Gusmão, a implementação do doutorado demorou para se concretizar em razão dos cuidados na observação dos parâmetros da área, mas esse zelo proporcionou a rápida aprovação do curso pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O mestrado em matemática do IME foi criado em 1973.

Fotos: Carlos Siqueira

Diretora do Instituto de Matemática e Estatística Gisele Gusmão e professor Ronaldo Alves Garcia, 2º secretário da Sociedade Brasileira de Matemática

Mestrado em Agronegócio produz estudos premiados

Michele Martins

Estudos conduzidos no âmbito do mestrado em Agronegócio da Escola de Agronomia da UFG têm conquistado destaque na universidade e reconhecimento nacional de instituições como a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com a dissertação sobre a cadeia produtiva do feijão da cidade de Itaberaí-GO André Ribeiro Coutinho, foi contemplado pelo Programa de Publicações de Livros resultantes de teses e dissertações, promovido pelo Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG em 2008. Sob a orientação de Joel Orlando Bevilaqua Marin, André Coutinho considerou a teoria de sistemas sociais autopoiéticos desenvolvida pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann. Também em 2008, a dissertação de Odilon José de Oliveira Neto, orientada por Reginaldo Santana Figueiredo, recebeu menção honrosa do Prêmio Sober. Com este trabalho Odilon José destacou o elo responsável pela produção de carne bovina, com objetivo de demonstrar alternativas para proteção contra os riscos relativos a oscilações de preços no mercado, assim como outras incertezas relativas à produção, como por exemplo alimentação, manejo e sanidade.

Divulgação

Professor Joel Orlando e Simone de Carvalho em cerimônia de premiação da Sober em Porto Alegre-RS

Em julho deste ano foi a vez do trabalho de Carlos Shiley Domiciano, orientado por David José Caume, sobre a história da cooperativa de produtores rurais de açafrão no município goiano de Mara Rosa, obteve menção honrosa em concurso promovido pelo Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (Ceapg), FGV com o apoio da Fundação Ford.

No mesmo mês, Simone Pereira de Carvalho recebeu o primeiro lugar do Prêmio Sober na categoria de melhor dissertação em Sociologia Rural, com o trabalho *Agricultura familiar e agroindústria canavieira.* Simone declarou que os impactos de uma premiação nacional como esta são perceptíveis em termos de reconhecimento acadêmico. Para o orientador do trabalho e subcoordenador do mestrado, Joel Orlando Marin, essas premiações demonstram que apesar do programa ter apenas sete anos, ele já consegue produzir trabalhos de qualidade.

Nova unidade contabiliza conquistas e administra perspectivas

Carlos Siqueira

Cursos de Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis constitui nova Faculdade no câmpus, a Face, e ganham sede administrativa própria, com a expectativa de consolidação da área na UFG

Túlio Moreira Rocha

Até bem pouco tempo atrás, notava-se, em meio à variedade de cursos oferecidos pela UFG, a ausência de opções voltadas para os negócios e para o setor econômico. A deficiência que atingia esse campo das Ciências Sociais Aplicadas começou a ser sanada no final de 2004. O atual reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, à época diretor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), apresentou à professora Maria do Amparo Albuquerque Aguiar, então vinculada à Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), a proposta de criação de um curso de Economia Rural, voltado para o agronegócio.

A ideia cresceu e a criação de um curso de Ciências Econômicas foi tomando corpo. Por causa da relação inicial com a EA, decidiu-se que o curso seria abrigado nas dependências da unidade, no Câmpus Samambaia, até que a recém-criada graduação atingisse condições estruturais para funcionar com autonomia.

Em 2005, a universidade recebeu a primeira turma de Ciências Econômicas. Enquanto os professores e alunos pioneiros se adequavam ao espaço da EA, as graduações em Administração e Ciências Contábeis estavam sendo planejadas e estruturadas. No ano seguinte, as primeiras turmas dos dois novos cursos chegaram à UFG.

A aprovação dos três cursos, sob a atual coordenação de Ercílio Zanolla (Ciências Contábeis), Cleyzer Adrian Cunha (Ciências Econômicas) e Eliane Moreira Sá de Souza (Administração), já determinava a condição temporária do vínculo com a EA. Com a consolidação dos projetos pedagógicos e a formação de um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos efetivos uma unidade autônoma, reunindo as novas áreas, deveria ser criada. A construção de um prédio ao lado da Creche, também no Câmpus Samambaia, acelerou o processo de criação de uma nova faculdade. No final de 2008, os coordenadores e professores dos cursos foram transferidos para o prédio definitivo. A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) foi oficializada no dia 26 de junho de 2009. No dia 21 de julho, a professora Maria do Amparo Albuquerque Aguiar tomou posse como primeira diretora da unidade.

Carlos Siqueira

Professor Ricardo Avelino encarou o desafio de ser o primeiro coordenador do Curso de Ciências Econômicas

O melhor do Centro-Oeste – O grande desafio da gestão do coordenador do curso de Ciências Econômicas entre 2007 e 2009, Ricardo Avelino Gomes, atualmente vinculado ao Instituto de Física, foi a avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008. A expectativa era grande, em parte graças ao bom resultado obtido em 2006 pelos estudantes da primeira turma de Ciências Econômicas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A média geral obtida pelos alunos ingressantes foi 43.3. O curso foi apontado como o melhor da região Centro-Oeste, ficando à frente da média geral dos alunos ingressantes da Universidade de Brasília (UnB), que receberam a nota 38.3. Apesar de ainda estar em processo de organização e consolidação, o curso de Ciências Econômicas foi bem avaliado pelo MEC, que averiguou indicadores como a infraestrutura e o currículo pedagógico. O curso recebeu o conceito 4, enquanto a maioria das graduações recém-criadas recebe a nota 3.

A propósito desse resultado o professor Ricardo Avelino concluiu: "Muitos estudantes do Ensino Médio de Goiânia que queriam fazer Ciências Econômicas iam para outros estados, por causa da lacuna na oferta de um curso público com qualidade na capital. Nós atraímos esses bons estudantes para a UFG". Maria do Amparo Albuquerque Aguiar, concorda com sua opinião. Segundo a diretora, a primeira turma de Ciências Econômicas, formada no ano passado, é um indicativo da qualidade do curso. "Além de boas colocações no mercado de trabalho, 25% dos formados ingressaram nos cursos de excelência de mestrado da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)".

Vinicius Batista

Professora Maria do Amparo Aguiar primeira diretora da Face é otimista quanto ao futuro promissor da unidade

Desafios – Quando o professor Ricardo Avelino assumiu a função de coordenador do curso Ciências Econômicas, o projeto pedagógico ainda estava em formação. O quadro de docentes também não estava fechado, com a predominância de professores substitutos. O professor conta que os problemas foram sendo superados aos poucos, à medida que concursos eram realizados e novos professores incorporados à área. O projeto pedagógico foi montado atendendo à preocupação de contemplar três grandes pilares da Economia: a teoria econômica, a história econômica e a econometria. "O objetivo foi estabelecer um curso que capacite um economista que consiga atuar tanto em Goiás como em outras regiões", define Ricardo.

Thomás Silva Oliveira, estudante do 4º período de Administração, acredita que a criação da Face é benéfica para os alunos dos cursos abrigados na nova unidade. "Os primeiros anos do curso foram difíceis, mas a melhora é constante, principalmente no que concerne à contratação de professores efetivos. O surgimento da Face, apesar de ainda recente, poderá aumentar ainda mais a força dos cursos na UFG", opina o estudante.

A diretora da Face também é otimista. Ela cita problemas com o espaço para abrigar os centros acadêmicos, as empresas juniores e os centros de pesquisa, mas acredita que essas deficiências serão resolvidas em breve. "As dificuldades foram enormes nos primeiros anos, mas, mesmo com as limitações, conseguimos estabelecer cursos de qualidade e formar quadros conceituados. Daqui em diante, o caminho da Face, de casa nova, é muito promissor", afirma Maria do Amparo Albuquerque Aguiar. A expectativa agora é com a formatura, este ano, das primeiras turmas de Administração e Ciências Contábeis.

PROJETO DE EXTENSÃO oferece serviço de orientação profissional à comunidade

Fernanda Limírio

Pela primeira vez, o Câmpus Catalão oferece um serviço de orientação profissional aberto a toda comunidade. O projeto de extensão "Orientação profissional vocacional, planejamento e reestruturação" será realizado em parceria com o Setor de Assuntos Comunitários (Secom) e Coordenação de Extensão e Cultura do CAC. Entre os participantes do projeto estão professores, estagiários e acadêmicos do curso de Psicologia e a psicóloga do CAC, Maria Terezinha do Prado.

O serviço é gratuito e para inscrever-se é necessário atender a um dos seguintes critérios: ser aluno concluinte do Ensino Médio de escola pública, aluno da UFG, ou trabalhador da comunidade. As turmas terão de 15 a 20 pessoas e, se o número de inscritos superar o número de vagas oferecidas, o critério de seleção utilizado será a ordem de chegada.

De acordo com o coordenador do projeto, André Vasconcelos, a iniciativa consiste em auxiliar concluintes do Ensino Médio quanto à tomada de decisão na hora de escolher um curso superior; oferecer reorientação profissional a alunos da UFG insatisfeitos com o curso no qual estão matriculados, auxiliar no planejamento da carreira e reorientar profissionais que estão desempregados. As atividades serão realizadas em três laboratórios e desenvolvidas em equipes. Dinâmicas de grupo, testes vocacionais, situações tarefas e entrevistas individuais para traçar o perfil socioeconômico serão alguns dos recursos utilizados.

Segundo a psicóloga Maria Terezinha do Prado, o projeto está ainda em fase de implantação e a ideia é de que o serviço permaneça por tempo indeterminado. No momento os participantes estão em fase de capacitação, realizando leituras e discussões sobre orientação profissional. A previsão, segundo Maria Terezinha, é de que o projeto comece a atender a comunidade no início de outubro.

O sertão é tema de congresso no Câmpus Jataí

Kharen Stecca

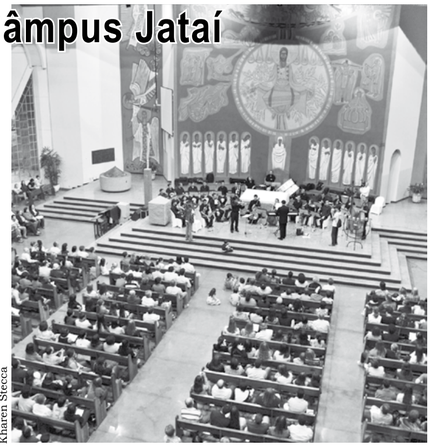
De 22 a 25 de setembro de 2009 serão realizados, em evento conjugado, o II Congresso Nacional de História e o III Regional do curso de História do Câmpus Jataí da UFG, com o tema *"'Um sertão chamado Brasil: história, natureza e cultura'"*. Os organizadores esperam reunir cerca de 350 estudantes nos quatro dias do evento, que oferecerá ao público conferências, mesas-redondas, minicursos e apresentação de trabalhos em sessões de comunicação oral.

A reprodução do título do livro *Um sertão chamado Brasil* é uma homenagem à autora, a socióloga Nísia Trindade Lima, que é professora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Essa obra explica as razões da persistência e da ênfase com que a oposição entre o Brasil do litoral e o dos sertões foi abordada no pensamento social brasileiro, especialmente no período de 1850 a 1964. De acordo com o coordenador do evento, Marcos Menezes, com essa homenagem o curso de História sinaliza seu propósito de discutir o lugar do Brasil "profundo", o Brasil que está fora do litoral. Os temas da natureza e cultura de um outro Brasil para além da fronteira do litoral são objeto de uma outra história, que também é feita para além das academias sediadas nas cidades costeiras ou da Região Sudeste do país.

Para as conferências, os minicursos e a coordenação das sessões de apresentação dos trabalhos foram convidados 35 professores de outras instituições de ensino superior. A conferência de abertura será proferida pelo Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que falará sobre preservação ambiental e desenvolvimento no sertão brasileiro. No encerramento fará conferência o presidente da Associação Nacional de História, o professor Durval Muniz Albuquerque Júnior, da Universidade Federal Rio Grande do Norte (UFRN), que discorrerá sobre a obra de Mário Palmério e as imagens do sertão por ele relatadas.

Grandes eventos culturais também estão programados para o congresso. Na noite de abertura o Coro de Câmara da EMAC/UFG fará uma apresentação especial e no encerramento o Quarteto Itamaraty, de instrumentos de corda, fará um concerto com peças de Mozart, Villa-Lobos e Oswaldo Lacerda. Na noite do dia 24 haverá lançamento de livros e revistas.

Inscrição e mais informações sobre o congresso na página www.congressohistoriajatai.org ou pelo telefone (64) 8408-7938.



Kharen Stecca

Em 2008 abertura do congresso ocorreu na Catedral de Jataí com apresentação da Orquestra da Escola de Música e Artes Cênicas da UFG

Câmpus de Goiás contribui para a produção de conhecimento no interior

Túlio Moreira Rocha

A criação dos cursos de Filosofia e Serviço Social, propiciada pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), resultou na transformação da extensão da UFG na cidade de Goiás em câmpus. Antes da implementação das novas graduações, o bacharelado em Direito era o único oferecido pela UFG na cidade. O diretor e a vice-diretora do câmpus de Goiás, Gonçalo Armijos Palacios e Maria Meire de Carvalho, foram empossados no dia 9 de junho, em um momento histórico para a UFG.

O câmpus de Goiás recebe 160 alunos anualmente, sendo 60 vagas para o curso de Direito e 50 vagas para cada uma das outras graduações. A UFG já conta, na cidade, com um quadro de 38 docentes e 12 servidores técnicos-administrativos. As aulas estão sendo ministradas no prédio que já abrigava o curso de Direito. Em poucas semanas, será iniciada a construção de mais dez salas de aula, uma biblioteca e um auditório. A Reitoria da universidade e a Prefeitura de Goiás começaram negociações para a aquisição de uma área suficiente para os novos cursos do promissor câmpus.

O Conselho Diretor do câmpus vilaboense já aprovou a criação de um quarto curso, Meios Audiovisuais, programado para iniciar no segundo semestre de 2010. De acordo com Gonçalo Armijos Palacios, o curso estará focado na produção de conteúdo audiovisual com a utilização de novas ferramentas. Um dos objetivos do curso é aproveitar a tradição cinematográfica surgida na cidade com a realização anual do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA).

O impacto da universidade para a comunidade local pode ser comprovado a partir de projetos como o "Balcão de Direitos". Realizado pelo segundo ano, o projeto tem parceria com o Ministério da Justiça, órgãos públicos e sindicatos, e consiste no atendimento jurídico a comunidades agrárias de dez municípios da região.

Os estudantes dos novos cursos também já começaram a envolver a comunidade local em atividades acadêmicas. Entre os dias 14 e 16 de agosto, foi realizado o 1º Encontro de Estudantes de Filosofia de Goiás, com o tema "Eu penso...". A programação abordou a presença da filosofia no cotidiano social.

Divulgação

Sede provisória do Câmpus de Goiás

Carlos Siqueira

Integrantes do DCE em roda de conversa com calouros da Escola de Engenharia Civil

Destaques da calourada

Angélica Queiroz
Marcela Guimarães

Com a volta às aulas, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em parceria com os Centros Acadêmicos, organizou uma semana de integração, entre os dias 12 e 15 de agosto. Com o tema "Consciência para ter coragem", a ideia foi aproveitar a ocasião da calourada para investir na formação da consciência política dos estudantes. Durante a semana foram realizadas "rodas de conversa" com os calouros do segundo semestre, passeata contra a crise econômica e o desemprego e o debate sobre o tema "Academia, formação e militância", com o professor do departamento de Filosofia da UnB, Rodrigo Dantas.

Durante a calourada houve a inauguração da nova sede do DCE, localizada ao lado do Restaurante Universitário (RU) no Câmpus Samambaia. A cerimônia foi prestigiada pelo reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, pelos diretores do DCE e por representantes de diversos órgãos da UFG. Além de atividades culturais e debates propostos pelo DCE, o espaço oferecerá ainda serviços como acesso à internet e confecção de carteirinhas estudantis.

O encerramento das atividades, na noite do dia 14 de agosto, incluiu a várias apresentações musicais. O destaque foi o *show* do cantor baiano Marcelo Nova, ex-integrante da banda Camisa de Vênus. Somando mais de 20 anos de carreira e 17 discos gravados, Marcelo Nova também foi recebido nos estúdios da Rádio Universitária, para entrevista ao programa Panorama. "O convite foi gratificante porque significa que a molecada ouve a minha música", afirmou o músico.

Anatel testa nova tecnologia no Câmpus Samambaia

Uma equipe da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) passou por Goiânia nos dias 19 e 20 de agosto para realizar testes que envolvem o uso da tecnologia PLC. *Powerline Comumnications* é o nome atribuído à transmissão de dados e voz por cabos de energia elétrica, uma possibilidade de barateamento do serviço de internet que amplia a perspectiva de inclusão digital. Acompanhada de técnicos da Companhia Energética de Goiás (Celg), a equipe escolheu, entre diversos lugares no Brasil, o Câmpus Samambaia, por encontrar no local uma rede livre de interferências e com espaço de cerca de 150 metros no entorno dos fios condutores para a avaliação do seu espectro eletromagnético.

A tecnologia PLC é considerada um grande passo para a concretização das chamadas autovias de comunicação. No Brasil, a expectativa é que, quando consolidado, o sistema de transmissão de dados pela rede elétrica leve a 98% das residências do país o acesso à internet.

Carlos Siqueira

Técnicos da Anatel no câmpus

CAI
Coordenadoria de Assuntos Internacionais

A Política brasileira será tema de estudos na Alemanha

A professora da Faculdade de Ciências Sociais Silvana Krause embarcou dia 31 de agosto para a Alemanha, onde permanecerá por um semestre para ministrar aulas das disciplinas "Política brasileira" e "O Brasil na política internacional" no Centro de Estudos sobre a América Latina e na Cátedra de Política Brasileira da Universidade Católica de Eichstätt, instituição que mantém parceria com a UFG.

Professora Ciça Fittipaldi participa de evento internacional

Carlos Siqueira

A coordenadora do curso de Artes Visuais – Design Gráfico, Maria Cecilia (Ciça) Fittipaldi, está representando o Brasil no júri da Bienal Internacional de Ilustração de Bratislava (BIB). O evento será realizado na capital da Eslováquia em 26 de outubro. De acordo com Ciça Fittipaldi, a indicação de seu nome foi feita pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. A literatura infanto-juvenil consagrou a artista, que foi agraciada com o Prêmio Jabuti de Ilustração em1988 e em1990.

A Bienal Internacional de Ilustração é um evento tradicional no campo do design gráfico e da ilustração. A professora Ciça destacou que o evento é valorizado em âmbito internacional por todos os segmentos da área de produção: artistas, historiadores, pesquisadores, editores, estudantes de arte e ilustração, bibliotecas e centros de cultura. Ela ainda explicou que a participação brasileira no evento tem crescido graças à qualidade dos trabalhos apresentados e dos esforços na área de literatura infantil. Um exemplo é a artista Angela Lago, que conquistou o prêmio BIB – *Silver Apple* na edição anterior.

Servidora apresentará trabalho em Portugal

Margarida do Amaral Silva, secretária executiva da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da UFG, é aluna da primeira turma do mestrado em Antropologia Social na instituição. Ela apresentará o trabalho intitulado *Patrimônio cultural musealizado: o "guardião de ambiguidades"*, no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, cujo tema é "Classificar o mundo", de 9 a 11 de setembro em Lisboa, Portugal.

Reitor recebe estudantes estrangeiros em intercâmbio na UFG

Vinicius Batista

Desde o início de 2009, a UFG já recebeu 55 estudantes estrangeiros, provenientes de diferentes países da África, América, Ásia e Europa. Para intercâmbio no nível de graduação, 22 estudantes desembarcaram em Goiânia, vindos de Portugal, dos Estados Unidos, da Alemanha, da França, da Espanha e da Áustria. Pelo Programa de Iniciação Científica coordenado pela Capes vieram 18, oriundos de Moçambique, Angola e Cabo Verde. No âmbito do Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), quatro estudantes do Timor Leste e um de Moçambique vieram realizar mestrado. Do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), chegaram quatro (Panamá, Congo e Guiné-Bissau). Como bolsista do Reuni, um estudante do Peru veio realizar seu doutorado. Outros seis estudantes peruanos realizam seu mestrado na UFG. recentemente um grupo deles foi recebido pelo reitor Edward Madureira Brasil, que reiterou o desejo de que tirem o máximo proveito de sua experiência nesta instituição.

Programa de Líderes Emergentes da América contempla quatro estudantes

Juliana Dias Moreira (6° período de Ciências Sociais), João Henrique Machado Caetano (4° período do curso de Administração) e Luiz Gonzaga dos Santos Filho (10° período de Engenharia de Computação) foram contemplados pelo Programa de Líderes Emergentes da América (Elap), do governo canadense. Eles partem para as universidades de Saint Mary (no caso de Juliana e Luiz Gonzaga) e de York (João Henrique) por um período de quatro meses e receberão do governo do Canadá uma bolsa de $ 7,5 mil UCA (dólares canadenses) para custear os estudos e cobrir gastos com transporte, moradia e alimentação. Juliana e João Henrique partem agora em setembro e Luiz Gonzaga espera até janeiro de 2010 para embarcar. A estudante do Mestrado em Comunicação da UFG Lara Lima Paiva também foi beneficiada pelo programa. "Meu projeto de pesquisa será estudar, a partir de análise fílmica e do discurso, como os cineastas canadenses apresentam o Brasil ao seu país e que tipo de imagem do Brasil é construída no imaginário social desse povo", explicou Lara Paiva, que chegará ao Canadá em fevereiro de 2010.

O programa, lançado em abril deste ano, destinou 1,6 mil bolsas para jovens latino-americanos e caribenhos. Para serem selecionados, estudantes tanto da graduação como da pós-graduação devem fazer jus ao título de "líderes" e comprovar que a contrapartida do tempo passado no Canadá contribuirá para a mudança social de seu país. A próxima seleção do programa será feita em fevereiro de 2010. Mais informações podem ser obtidas pelo endereço www.scholarships.gc.ca

Memórias e esperança

Livro do jornalista Pinheiro Salles é reeditado pela Editora UFG 30 anos depois de sua primeira publicação, data em que se comemora também a Anistia no Brasil

Patrícia da Veiga

"Nunca se cale diante do que o violenta", proferiu o jornalista Pinheiro Salles, em sua casa, quarta-feira, 26 de agosto, um dia depois do lançamento da segunda edição de seu livro *Confesso que peguei em armas*. Na semana em que foram comemorados os 30 anos da Lei da Anistia (de 22 a 28 de agosto), Pinheiro não parou. Do Rio de Janeiro para Goiânia, de Goiânia para Brasília, correu para receber comendas, homenagens e também divulgar o livro que saía quente do prelo direto para as cerimônias.

Carlos Siqueira

Para Pinheiro Sales o acesso à verdade faz a pessoa refletir sobre o presente e ter um fio de esperança e rebeldia

Em um fim de tarde chuvoso, ele conversou com o **Jornal UFG** e comentou sobre o que o motivou a revisar seus escritos, revirar dores e retomar algo publicado pela primeira vez logo que saiu do cárcere, ainda em 1979. "Pegar em armas e confessar é lutar. E fazem parte da luta as lembranças da tortura, para que eu possa contribuir com a sensibilização e a conscientização das pessoas, denunciando a violência", explicou.

Confesso que peguei em armas não dá detalhes de estratégias da militância ou de planos da guerrilha urbana. Fala, sim, de dor e sofrimento causados especificamente pela tortura, física e psicológica. Trata do tempo em que Pinheiro esteve encarcerado sem ter de lá de fora mais do que lembranças, pesares, às vezes esperança e, ao final, as visitas de sua companheira Elô.

Para ele, recorrer à memória é um direito e, em seu caso, é parte de seu papel no mundo. Não se calar, expor as marcas de seu corpo e as sequelas da mente é reacender um debate de um período, para o jornalista, "ainda pouco compreendido". Preocupado com as ideologias, ele considera *Confesso que peguei em armas* importante para que o leitor reflita sobre o presente e tenha, assim, um fio de esperança e rebeldia na construção do futuro.

Pinheiro Salles é bacharel em Direito, jornalista profissional e membro da Tendência Marxista do Partido dos Trabalhadores (TM/PT). Sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar não obrigatório o diploma para a carreira de jornalista, não hesitou em classificá-la como "um golpe" de interesse dos empresários da comunicação. "As pessoas vão ficar mais inseguras e a categoria com mais dificuldade de se estabelecer. E vale lembrar que categoria vulnerável e passível de subordinação ao capital neutraliza a luta de classes", disse o jornalista.

Anisita - *Confesso que peguei em armas* foi lançado na noite de 25 de agosto, durante sessão pública especial sobre os 30 anos de aprovação da Lei da Anistia no Brasil, que concedeu liberdade ampla e irrestrita aos presos políticos do regime militar. O evento foi realizado na Assembléia Legislativa de Goiás e reuniu ex-militantes políticos, conferindo-lhes, ao final, Diploma de Mérito, em ato simbólico de reconhecimento à luta contra as coerções do Estado no período de 1964 a 1985.

Participaram da plenária o ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, a vice-presidente da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, Sueli Aparecida Belatto, o reitor da UFG, professor Edward Madureira Brasil, entre outras autoridades representantes de instâncias de defesa dos direitos humanos.

LANÇAMENTOS DA EDITORA UFG

Confesso que peguei em armas, de Pinheiro Salles,184p.

Confesso que peguei em armas é um relato pessoal que contribui para a memória da resistência à ditadura militar. A obra apresenta, em discurso revelador, momentos amargos dos nove anos vividos pelo autor nos porões da polícia repressora, onde ele conheceu a desumana violência da tortura, cujas consequências ficaram nas sequelas irreversíveis. Pinheiro Salles, nesta edição, promove algumas revisões e acrescenta novas revelações, depois de um período em que morreram "os mais notórios personagens daqueles trágicos tempos". Abordando o período de maior repressão do regime militar, os anos que sucederam o AI5, sua obra ratifica a necessidade de se manter viva uma história que ainda merece inúmeros esclarecimentos. Quase todo escrito em 1979, no Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo, quando o martírio do autor estava prestes a terminar, o livro traz um posfácio escrito especialmente para essa edição, em que o autor reafirma sua certeza de que "a punição dos torturadores é essencial ao aprofundamento das conquistas democráticas". Sem modificar suas convicções quanto à essência da ditadura no Brasil, Pinheiro Salles sustenta que repetiria suas ações em prol do "triunfo do socialismo e da paz". Na apresentação do livro, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-presidente do Comitê Brasileiro da Anistia de São Paulo, destaca a importância da obra tanto para o presente quanto para o futuro, a fim de que a experiência vivida por Pinheiro Salles seja compreendida e assimilada pelas novas gerações.

Para a crítica da subjetividade reificada, *de Anita C. Azevedo Resende, 150p.*

Este livro, ao situar o trabalho como centro da produção da objetividade e da subjetividade, retoma uma tese cara ao pensamento crítico e coloca em pauta a compreensão da relação existente entre indivíduo e sociedade como processo em que a dialética revela a articulação de um com o outro. É na busca de múltiplas determinações que se constitui a análise do concreto, apreendido como alienação e consciência, desconstrução e construção, pares bipolares prenhes de significados, simbolismos, sentidos e contradições. Dessa forma, o estudo de Anita C. Azevedo Resende entrelaça a sociologia à psicologia, tornando ainda mais tênues as demarcações epistemológicas, ao mesmo tempo em que reafirma paradoxalmente a identidade desses campos do conhecimento, articulando-os por meio de análise vigorosa à crítica da subjetividade reificada. A autora, ao retomar e desenvolver contribuições fundamentais de Marx e Freud com rigor, paixão e clareza (como destacou Octávio Ianni), vai tecendo fios a partir do trabalho e seus desenvolvimentos, cuja égide e historicidade deslindam caminhos e possibilidades cada dia mais complexos, traduzidos, sobretudo, na tensão entre objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade, alienação e consciência. Nesse contexto, assume centralidade a categoria "trabalho", como prazer e tortura, sem deixar de ser categoria ontológica para a lógica contraditória que atravessa as relações sociais, como expressão das relações que os homens estabelecem entre si no processo produtivo, e que objetivam atender suas condições de existência e seu simulacro.

Gestão escolar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização?, de Roberto Francisco de Carvalho, 142p.

O autor sustenta que o discurso que fundamenta a política de gestão da educação no Brasil articula-se com o diagnóstico dos organismos multilaterais, pautado no argumento das grandes dificuldades por que passava o sistema educacional – má qualidade do ensino determinada pelo crescimento do sistema educativo, heterogeneidade dos alunos, crise econômica, impotência e ineficiência do aparelho administrativo e burocrático do Estado, entre outras. Esse mesmo discurso incentiva a transferência de encargos e funções dos âmbitos nacional e regional para o local. Corroborando essa ideia, as justificativas dos órgãos centrais do governo sobre as dificuldades em administrar o sistema educacional buscam evidenciar uma prática denominada descentralização da administração da educação escolar. Para o autor, esse processo articula-se com a ressignificação da administração, que, no caso específico do Tocantins, passa a ser chamada de gestão autônoma e compartilhada. O autor vê a reforma educacional brasileira gestada no contexto da globalização da economia e ajustada à política neoliberal dominante; uma reforma que, embora se apoie no discurso de democratizar a gestão da educação, não atende às necessidades das classes sociais populares, mas aos ideais dos grupos dominantes, historicamente perpetuados no poder de um Estado marcado por relações patrimonialistas e clientelistas.

Textos fornecidos pela Editora UFG

Encontro apresenta futuras instalações do HC

UFG e parlamentares firmam compromisso para a construção do bloco de internações que irá dobrar a capacidade do Hospital das Clínicas

Marcela Guimarães

Fotos: Carlos Siqueira

O canteiro de obras do Hospital das Clínicas (HC), no Setor Universitário, teve um movimento atípico, na manhã do dia 17 de agosto. O reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, o diretor do HC, José Garcia Neto, e demais representantes da universidade apresentaram aos parlamentares goianos, à imprensa e à população o projeto e a obra do bloco de internação do hospital. O impacto social da obra revela-se pelo aumento da capacidade de internações que irá dobrar – dos atuais 300 para 600 leitos – além da qualidade do atendimento e das instalações, cujo projeto prevê equipamentos de ponta.

A obra é financiada por intermédio das emendas parlamentares apresentadas pelos deputados federais e senadores no Congresso Nacional. Na ocasião, estiveram presentes os senadores Demóstenes Torres e Lúcia Vânia, os deputados federais Carlos Alberto Leréia, João Campos, Jovair Arantes, Leonardo Vilela, Luiz Bittencourt, Pedro Chaves, Raquel Teixeira e Ronaldo Caiado. Também marcaram presença o secretário de Ciência e Tecnologia do estado de Goiás Joel Sant'anna, e os secretários municipal e estadual de Saúde, Paulo Rassi e Irani Ribeiro, respectivamente.

Segundo o reitor Edward, esta foi uma cerimônia histórica, pois, além de reunir vários segmentos comprometidos com a construção, constituiu uma prestação de contas aos parlamentares que viabilizam os recursos para a obra. "A bancada entende a importância da universidade e se dispõe a trabalhar por esta causa. Tenho certeza de que os recursos para a conclusão da obra serão conseguidos ainda nessa legislatura", afirmou.

Além do aumento significativo do número de atendimentos, o novo bloco de internações do Hospital das Clínicas contribuirá para a formação dos profissionais de saúde e o avanço das pesquisas na área da medicina. Com a entrega da obra, serão oferecidos três pavimentos de UTIs, dois para o centro cirúrgico, um pavimento de internação para transplados, centro obstétrico, hemodinâmica e oito pavimentos de internação geral. De acordo com o diretor, José Garcia Neto, o hospital será o maior da região Centro-Oeste.

Para Salvador Rassi, professor na área de cardiologia e atuante no Hospital das Clínicas, o novo prédio será um marco na saúde goiana, pois dará acesso à população de baixa renda aos mais modernos recursos da medicina. Atualmente, a construção do bloco de internações está na lage do oitavo pavimento. A primeira etapa vai até o nono andar e serão investidos R$ 17 milhões. Com a obra completa, o HC chegará ao décimo-oitavo andar e o custo para a conclusão da estrutura física gira em torno de R$ 50 milhões.

A comissão de parlamentares goianos se mostrou engajada para destinar o restante da verba necessária para conclusão da obra

Jornalistas discutem os rumos da profissão

Marcela Guimarães

A coordenação do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) realizou, no dia 19 de agosto, o primeiro debate sobre a situação do jornalismo após a revogação da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a queda da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. De acordo com a coordenadora do curso, Angelita Lima, a unidade realizará um debate por mês sobre essa temática. O diretor da Facomb/UFG, Magno Medeiros, elogiou a iniciativa e opinou que a continuidade do debate poderá gerar um documento norteador para a reformulação do curso. O objetivo desse primeiro debate foi acolher as dúvidas dos alunos e professores da instituição.

Vinicius Batista

Professores da Facomb discutem formação do jornalista com estudantes

Para conduzir as discussões compuseram a mesa os professores Edson Spenthof, Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Flora Ribeiro e Nilton José dos Reis Rocha (foto). Quanto ao aspecto social, a professora Flora Ribeiro levantou um importante questionamento. "Por que a sociedade não se indignou com a decisão do STF já que o Jornalismo está ao lado dela?", interrogou. Além disso, Flora fez alunos e professores pensarem sobre a qualidade da informação jornalística praticada.

Já o professor Nilton José expôs possíveis caminhos para a evolução do curso e, consequentemente, da formação dos profissionais. "Não podemos brincar de redação dentro da universidade. Temos de fazer jornalismo e um grande exemplo disso é a Rádio Universitária. Não temos de formar jornalistas para trabalhar em determinadas empresas e, sim, para a sociedade", concluiu.

No dia 27 de agosto Edson Spenthof, que também é presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás, participou da audiência pública "A dispensa de graduação para o exercício da profissão de jornalista", na Câmara Federal.

ICB comemora 150 anos da obra de Darwin

Beatriz Mendes

Comemorando os 150 anos da publicação da principal obra de Charles Darwin, *A origem das espécies por meio da seleção natural*, e os 200 anos de nascimento do naturalista, a XX Semana do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), que ocorreu de 17 a 21 de agosto, reuniu em sua abertura cerca de 300 pessoas, entre estudantes e professores, no auditório do Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal. Na mesa diretiva estiveram presentes o vice-reitor da universidade, Benedito Ferreira Marques, a coordenadora-geral de pesquisa, Mara Rubia da Rocha, o diretor do ICB, Reginaldo Nassar Ferreira, o coordenador do curso de Biomedicina, Ivan Torres Nicolau de Campos, a coordenadora do curso de Ciências Biológicas, Patrícia Maria Ferreira, o coordenador do curso de Ecologia e Análise Ambiental, Rafael Dias Loyola e a representante da comissão organizadora do evento, a estudante Natácia Evangelista de Lima.

Na palestra "Darwin e os dinossauros", proferida na abertura do evento, o professor e paleontólogo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Alexander Wilhelm Armin Kellner, tratou dos fósseis de dinossauros, de como eles são encontrados e as etapas de fossilização.

Uma novidade da XX Semana do ICB o Concurso Regional de Fotografia "Tributo a Wallace", que homenageou Alfred Russel Wallace, um naturalista, autodidata que deu uma enorme contribuição às ciências da natureza, em particular à Biologia. No concurso os candidatos expuseram trabalhos com o objetivo de demonstrar o processo evolutivo em curso, a partir das diferentes formas de expressão da vida no ambiente do cerrado. Os critérios de seleção das fotografias foram: a relevância da informação biológica registrada na imagem, a adequação do texto que trata a informação da imagem no contexto da evolução e a criatividade do conjunto do material apresentado. O primeiro lugar do concurso foi da estudante Thallita Grande, com a fotografia *Onde está Wally*, e o segundo lugar ficou com o estudante do 6º período de Ciências Biológicas, Vinicius Guerra Batista, com a obra fotográfica *As faces da libélula*. "Tirei a foto por acaso, quando estava em um trabalho de campo", explicou Vinicius. De acordo com uma das juradas do concurso fotográfico e professora do ICB, Maria Nazaré Stevaux, avaliou positivamente a iniciativa, apesar do tempo limitado para as inscrições e de a ideia inicial ter sido realizar uma exposição nacional.

Reuben Lago

Durante a palestra, Alexandre Kellner chamou a atenção para as diversas imprecisões sobre os dinossauros no cinema

Foto: Carlos Siqueira

Tempo de flores na UFG

Para contrabalançar o ar seco do inverno, surge uma paisagem delicada e colorida no Câmpus Samambaia

Angélica Queiroz e Patrícia da Veiga

Muitas vezes não se nota a dinâmica sutil da natureza, que se veste (e se desveste) de múltiplas cores durante todo o ano. No Câmpus Samambaia, onde as espécies nativas somam-se a algumas exóticas, tanto na mata como nos passeios, a "estação das flores" dura o ano todo. "É o ciclo da vida e da reprodução", comenta o professor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Ângelo Rizzo, ao explicar as diferentes fases de florescimento das plantas.

Comumente, as paineiras, típicas do Cerrado, se reproduzem primeiro e, por isso, lançam suas pétalas róseas ainda em abril. Entre junho e agosto, o metabolismo das plantas gera flores em ipês (*Tabebuias*) roxos, amarelos, rosas e brancos. Esses últimos podem ser notados até o final de agosto ou começo de setembro. "Pena que esses ciclos reprodutivos sejam curtos: duram cerca de uma semana. Então, temos pouco tempo para notar as flores", comenta Rizzo.

Em setembro também desabrocham o angico (*Piptadenia macrocarpa*) e árvores típicas da Mata Atlântica, como o guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), a sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*) e o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Estas e muitas outras espécies nativas lançam também suas flores, porém com mais discrição. "Árvores da mata geram flores pequenas e esverdeadas", destaca Rizzo. O flamboyant (*Delonix regia*), espécie exótica originária da ilha de Madagáscar que também está plantada no câmpus em suas variedades amarela e vermelha, fazem despontar as primeiras cores logo depois de outubro.

Chuvas de agosto antecipam início da primavera

No mês de agosto, choveu quatro vezes mais do que a média desta época no estado de Goiás. A climatologista Juliana Ramalho, professora do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), esclareceu que essa alteração é causada pela formação de frentes frias próximas ao litoral das regiões Sul e Sudeste que repercutem no Centro-Oeste.

Segundo Juliana, essa mudança climática ocorreu por causa de uma alteração da temperatura das águas do oceano que, em função da emissão menor de energia solar, voltou a resfriar-se. "Chegamos a cogitar a ocorrência do El Niño (fenômeno em que ocorre o aquecimento das águas do oceano), no final de julho, fato que poderia acarretar uma incidência de chuvas abaixo da média. Mas, por causa da diminuição da atividade solar, as águas voltaram ao ciclo de resfriamento (La Niña), causando chuvas ainda no inverno", explica.

Embora se possa dizer que a surpresa das chuvas nos últimos dias de agosto antecipou a primavera, que começa oficialmente no dia 22 de setembro, são as características da vegetação e do solo que explicam a profusão de flores nessa época.